



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O SEU VALOR PARA A INCLUSÃO
ESCOLAR: O CASO DE UMA REALIDADE NO INTERIOR DA
PARAÍBA**

MARLUCE DE ARAÚJO CABRAL

CAMPINA GRANDE – PB

2014

MARLUCE DE ARAÚJO CABRAL

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O SEU VALOR PARA A INCLUSÃO
ESCOLAR: O CASO DE UMA REALIDADE NO INTERIOR DA
PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Alessandro Frederico da Silveira

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C117e Cabral, Marluce de Araújo
A Educação especial e o seu valor para a inclusão escolar
[manuscrito] : o caso de uma realidade no interior da Paraíba /
Marluce de Araújo Cabral. - 2014.
31 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a
Distância, 2014.
"Orientação: Alessandro Frederico da Silveira, Departamento
de Humanas".

1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. Políticas
Públicas. I. Título.

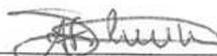
21. ed. CDD 371.9

MARLUCE DE ARAÚJO CABRAL

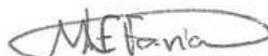
**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O SEU VALOR PARA A INCLUSÃO
ESCOLAR: O CASO DE UMA REALIDADE NO INTERIOR DA
PARAIBA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 19/07/2014.



Prof. Alessandro F. da Silveira / UEPB
Orientador



Prof. Morgana Lígia Farias Freire / UEPB
1º Examinador



Profª Ana Patrícia Frederico da Silveira / UEPB
2º Examinador

“Os educadores, antes de serem especialistas em ferramentas do saber, deveriam ser especialistas em amor: intérpretes de sonho.”

(Rubem Alves)

A todos que plantam a semente do conhecimento e confiam que isso seja a oportunidade de mudança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por conceder a vida para buscar sempre mais o saber e assim multiplicar.

A UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), por abrir espaço a outros programas de Cursos para aperfeiçoamento de conhecimentos científicos.

A minha família que me apoiaram e me deram forças para conquistar mais uma vitória.

Ao professor orientador Alessandro Frederico da Silveira, por sua dedicação, paciência, compreensão, compromisso e responsabilidade.

Aos professores de todo curso, por terem sido fontes valiosas, no qual contribuíram com novas aprendizagens.

A gestora e professora da sala de atendimento especializado, por terem contribuído na pesquisa, contribuindo com novas mudanças e novas perspectivas de trabalho pedagógico.

Aos nossos colegas de turma que juntos adquirimos novos conhecimentos científicos e novas perspectivas de mudanças.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre a educação especial, destacando o seu valor para a inclusão escolar, tendo como o caso a realidade de uma escola pública no interior da Paraíba. Enfatizando as políticas públicas que asseguram e norteiam esse tipo de ensino e os tipos de necessidades que são atendidos por essa instituição. Por fim, apresento algumas considerações sobre a pesquisa realizada acerca do papel da inclusão de pessoas com necessidades especiais, com foco numa reflexão sobre esse assunto. Para melhor atuação da mesma, foi adotado como base de estudos: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96; a Declaração de Salamanca (1994); entre outros conceitos. Refletindo sobre questões que envolvem a inclusão escolar e discussões que permeiam esse amplo debate.

Palavras-chaves: Educação especial; Inclusão escolar, Políticas públicas.

ABSTRACT

This paper presents reflections on special education, enhancing their value to the school inclusion, as is the case with the reality of a public school within the Paraíba. Emphasizing public policies that ensure and guide this type of education and the types of needs that are served by that institution. Finally, we present some considerations about the research conducted on the role of inclusion of people with special needs, focusing on a reflection on this subject. For better performance of the same, was adopted as the basis of studies: the Federal Constitution of 1988; Law of Guidelines and Bases of National Education Law No. 9.394/96; the Salamanca Statement (1994); among other concepts. Reflecting on issues involving school inclusion and discussions that permeate the broad debate.

Keywords: Special Education; School inclusion, Public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OMS - Organização Mundial de Saúde

TDI - Transtorno de Deficiência Intelectual

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLA INCLUSIVA	13
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	14
2.3. ALGUNS TIPOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS	17
3. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
APÊNDICES.....	30

1. INTRODUÇÃO

Um marco na educação brasileira foi a garantia do direito por lei dado às crianças que antes eram excluídas da escola regular e depositadas em instituições para deficientes, a uma educação em escola de crianças ditas “normais”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394, em 1996, assegurou que a criança deficiente física, sensorial e mental, pode e deve estudar em classes comuns. Dispõe em seu art. 58, que a educação escolar deve situar-se na rede regular de ensino e determina a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado. Prevêem também recursos como classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns. O art. 59 considera a adequada organização do trabalho pedagógico que os sistemas de ensino devem assegurar a fim de atender as necessidades específicas, assim como professores preparados para o atendimento especializado ou para o ensino regular, capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns.

Neste sentido, a participação dos pais é imprescindível para o desenvolvimento da criança no contexto escolar, já que, a inclusão não se restringe apenas colocar a criança dentro da instituição escolar, é preciso que ela seja capaz de interagir de acordo com suas potencialidades com outras crianças.

A educação inclusiva traduz variadas formas de atender à diversidade das necessidades educacionais dos alunos, de forma conjunta nas classes regulares, objetivando um ambiente de aprendizagem escolar, acolhedor e agradável, desmistificando o preconceito e viabilizando uma educação inclusiva bem – sucedida.

Ensinar educandos com necessidades educacionais especiais, ainda é um desafio, e se faz necessário soluções conjuntas com familiares e os profissionais que fazem a educação, buscando conseguir, recursos e infraestrutura adequada que permitam atender a estes educandos.

Portanto, fundamentado-se nessas reflexões iniciais, o tema desta pesquisa foi escolhido a fim de entendermos como vem acontecendo a inclusão de crianças especiais na escola regular. Para tanto trazemos o resultado de um estudo realizado numa escola pública da rede estadual de ensino, localizada na cidade de Alagoa Nova, no estado da Paraíba, com o intuito de averiguar como vem acontecendo este processo de inclusão, a considerar que na mesma existe sala de recurso, o que nos levou a investigar como esta escola entende o papel da inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Por meio de um questionário

aplicado nesta escola, coletamos alguns dados, que também foram complementados por registros fotográficos no momento de exploração do campo de pesquisa.

Por fim, apresento algumas considerações sobre a pesquisa realizada acerca do papel da inclusão de pessoas com necessidades especiais, com foco numa reflexão sobre esse assunto.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLA INCLUSIVA

Educação especial é a educação destinada a alunos que apresentam necessidades próprias, diferente dos demais educando, na apropriação de habilidades curriculares correspondente a sua idade, necessitando de recursos e metodologias pedagógicas específicas.

O ambiente educativo tem sido visto como uma entrada de ingresso para as crianças com necessidades especiais, para participar ativamente de lugares sociais onde até então predominavam pessoas sem deficiência. Possibilitar que crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais compartilhem dos mesmos lugares educativos que as crianças sem deficiência, compartilhando das mesmas atividades pedagógicas, demonstram as possibilidades de oportunidades igualitárias para o futuro.

Segundo Monteiro (1997) apesar das políticas públicas, poucas são as crianças com necessidades especiais que têm tido a oportunidade de frequentar escolas regulares, e mesmo estas encontram escolas e/ou professores com poucos recursos e até pouca formação para o trabalho que garanta o sucesso e permanência desses alunos. Realizar a inclusão na escola, todos os funcionários, desde o corpo docente até funcionários administrativos devem estar preparados para receber crianças com necessidade educativa especial.

No contexto educacional a inclusão de crianças com necessidades especiais é vital que a mesma seja vista como criança, não lhe recusando sua pendência ou especialidade orgânica, mas nunca se deve supervalorizar esse fator e limitar uma ação a uma única característica, sobretudo aquele que menospreza uma pessoa ao diferenciá-la perante as demais. Um dos grandes desafios dos docentes brasileiros, nos dias atuais, é a procura de uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias, os direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o conceito de igualdade pelo de equidade, ou seja, a igualdade de direitos respeitando-se as diferenças (GADOTTI, 1993, p. 213).

Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, primeiro passo para construir uma sociedade mais justa (MANTOAN, 1997, p. 24). É evidente a defesa da autora pela educação inclusiva, ressaltando-se as grandes lições para professores e alunos, em que a tolerância, respeito e solidariedade são atitudes importantes na busca de uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas realmente serão iguais perante a lei e possam ter uma educação digna, uma escola que abrigue as diferenças e se enriqueça com elas.

Sabemos que a escola tem papel fundamental nesse processo de inclusão, por ser o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade e o desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania. Sendo assim, a escola inclusiva é aquela que, conhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades, garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos.

Precisamos contar com a participação consciente e responsável de todos os membros que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, alunos e familiares, a considerar que para uma escola tornar-se inclusiva, é preciso que haja mudanças no contexto educacional: sejam nas ideias, nas atitudes e nas práticas das relações sociais.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

As políticas públicas sofrem grandes discussões, o conceito que lhe é conferido passa por diversas áreas do conhecimento, isso porque as políticas públicas são originadas para atender as necessidades que se desenvolve em nossa sociedade. “Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade” (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 05).

Os debates acerca as políticas públicas da Educação Escolar Especial e Inclusiva, surge tanto em âmbito mundial como nacional. A ação dos Movimentos Sociais pela igualdade de direitos das pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), sendo assim, a educação inclusiva, foi lentamente reconhecida, no Brasil, culminou na publicação do artigo 208, inciso III da Constituição Federal de 1988, que assegura: “Atendimento escolar especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino” (ANGHER, 2011, p. 74). Uma das lutas dos movimentos sociais é que a criança com NEE deveria ser deviatamente matriculada na rede regular de ensino, mas partindo para análise da Constituição Federal (1988), existe um grande vazio no texto da lei, analisando que é utilizado o termo “preferencialmente”, ou invés de “obrigatoriamente”, sendo claro que dificilmente algo que não é obrigado por lei é cumprido no Brasil.

A inclusão no Brasil é decretada por lei nos documentos que garante uma Educação para Todos. Mas o maior marco da inclusão é divulgado na Declaração de Salamanca (1994, p. 4) que afirma que escolas deveriam acomodar todas as crianças independente de suas

condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, étnicas ou Outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados e marginalizados.

A Declaração de Salamanca dar prioridade a inclusão independente da situação de necessidade do sujeito. Portanto, é necessário pensar no ser humano como um ser inacabado que se depara com a precisão de aprender, por isso é preciso pensar a criança em sua individualidade, historicidade, sociabilidade e cultura, sem preconceito, pois, a maior finalidade da inclusão é proporcionar a essas crianças o aumento moral e intelectual, para que sua entrada na sociedade seja verdadeiramente ativa.

A Declaração de Salamanca, quando menciona os princípios políticos e as práticas na área das necessidades educacionais especiais, exige que os Estados garantam a educação de pessoas com deficiências reafirmando o compromisso da Educação para Todos, reconhecendo a precisão e urgência de oferecer educação para as crianças, jovem e adulta com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. A escola deve proporcionar os serviços adequados para receber e atender à diversidade da população, isso são ações que de certa forma acontecem lentamente, mas apenas ela possibilita que aconteça uma educação que visa contemplar as especificidades de cada sujeito e a construção de uma sociedade que respeite as pessoas e suas diferenças.

A legislação brasileira, com destaque para a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), assegura o direito à educação escolar às crianças e adolescentes, desse modo, toda criança tem direito à educação de qualidade. Foi refletindo no direito de todos de aprender, que a Lei nº 7.853 obriga todas as escolas a aceitar matrículas de alunos com deficiência e transforma em crime a recusa a esse direito. Portanto, as escolas aumentaram consideravelmente o número de crianças e jovens com deficiência nas salas de aula regulares e isso não para de crescer. Portanto, os sistemas educacionais necessitam passar por mudanças para poder garantir esse direito, considerando as especialidades individuais de todas as crianças e requer uma formação específica dos profissionais da educação de forma que possam estar capazes a lidarem com todas as especificidades, sem atitudes preconceituosas ou pré-julgamentos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura que é incumbência dos docentes zelar pela aprendizagem do aluno com necessidades especiais na modalidade de educação escolar,

oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, promover a inclusão, mesmo que este seja um dever das escolas firmados em lei está longe de conseguir alcançar o objetivo maior que é garantir a todas as crianças portadoras de alguma deficiência uma escola que atenda suas necessidades e tenha qualidade, pois a estrutura de ensino esta configurada para atender um aluno dito “normal”, e para dar suportes a inclusão demanda romper paradigmas educacionais vigentes na maioria de nossas escolas.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que organiza as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no art. 1º, em seu Parágrafo único, determina que o atendimento escolar desses alunos tenha início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se comprove, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. Também define, no art. 2º, que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, incumbindo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, garantindo as melhores condições para se ter uma educação de qualidade para todos. Realmente a resolução CNE/CEB nº 2/2001 vem contribuir com o aprendizado e fortalecer os laços com a escola, mas:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (MANTOAN, 2006, p. 23).

Atualmente em relação as reformas relacionadas à educação básica, foram divulgadas as diretrizes nacionais para a educação especial, Resolução CNE/CEB nº 4/2009 em seu art. 1º, para a prática do Decreto nº 6.571/2008. Os sistemas educativos devem matricular os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecendo salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Portanto, em seu art. 2º, o AEE tem como papel complementar o desenvolvimento do aluno através da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que aboli as barreiras para sua completa participação na sociedade e na ampliação de sua aprendizagem. Logo é possível perceber que além da matrícula em salas regulares do ensino o aluno com necessidades educacionais

especiais terá garantida a participação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), essa medida colabora mas não resolve, pois, ainda temos carências, como a falta de professores capacitados em AEE e a inexistência das próprias salas de atendimento para a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A maior parte dos documentos legais referentes às políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva, dão como princípios o direito do aluno com necessidades educacionais especiais à educação, o acesso e permanência na escola, currículo, métodos, recursos, organizações e infraestrutura adaptada para estabelecer uma educação de qualidade. Mas, sempre haverá limitação, como os mencionados por Mantoan (2006, p. 24):

[...] a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo; a neutralização do desafio à inclusão, por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem para rever suas práticas homogeneizadoras, meritocráticas, condutistas, subordinadoras e, em consequência, excludentes; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados, como o das pessoas com deficiência (MANTOAN, 2006, p. 24).

As políticas de inclusão no Brasil, embora exista, mas, ainda não está sendo uma construção de conhecimentos integrados que pode as crianças especiais, a aceitação concreta do cidadão com necessidades, no campo do contexto cultural, educacional, econômico, social e político. É necessário observar que não é suficiente a constituição de uma política pública educacional bem definida, com conteúdo bem estabelecido, formulado; o importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça.

É importante ressaltar que são importantes os discursos presentes nas políticas educacionais inclusivas e já houve avanços, como o alto número de matrículas na rede de ensino regular de alunos com necessidades educacionais especiais, o que é expressivo, contudo ficamos em dados quantitativos, a qualidade está sendo desmerecida.

2.3. ALGUNS TIPOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

As deficiências são classificadas em: física; mental; e sensorial. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), deficiência é o substantivo atribuído a toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Refere-se, portanto, à biologia do ser humano.

Dentre as suas variações, focaremos com base em alguns autores e pesquisa realizada na Wikipédia nas necessidades denominadas de : surdez; transtornos bipolar e de deficiência intelectual; síndrome de Down, autismo, e deficiência física.

O termo surdez é definida na Wikipédia como:

... uma inabilidade total ou parcial de ouvir, é causada por diferentes fatores, como idade, ruídos, doenças, intoxicações, traumas físicos, etc. Há um diagnóstico para determinar a severidade do prejuízo auditivo, medida em decibéis, e categorizada em suave, moderada, moderadamente severa ou profunda. A surdez também pode ser definida em três pontos de vista: ponto de vista médico, educacional ou cultural (WIKIPÉDIA, 2014).

Os transtornos de deficiência intelectual de acordo com Almeida (2007):

“É um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas (ALMEIDA, 2007).

Segundo ABC da Saúde, a síndrome de Down é a forma mais freqüente de retardo mental causada por uma aberração cromossômica microscopicamente demonstrável. É causada pela ocorrência da trissomia do cromossomo 21, na sua totalidade ou de uma porção fundamental dele.

Já o autismo é uma disfunção global do desenvolvimento. É uma alteração que afeta a capacidade de comunicação do indivíduo, de socialização- estabelecer relacionamentos- e de comportamento - responder apropriadamente ao ambiente — segundo as normas que regulam essas respostas (WIKIPÉDIA, 2014)

Nessa mesma fonte de pesquisa, o transtorno bipolar é caracterizado “por alterações de humor que se manifestam como episódios depressivos alternando-se com episódios de mania -período de euforia, atividade cognitiva e física intensa e falta de auto-controle e bom senso (WIKIPÉDIA, 2014).

No Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito de deficiência e de deficiência física, conforme segue:

Art. 3º. - Para os efeitos deste Decreto, considera-se: I- Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiologia ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; Art, 4º. – Deficiência Física – Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano,

acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (SCHIRMER, 2007, p.22)

Portanto, por entendermos que são diferentes os tipos de necessidades que uma escola pode atender, é preciso que os profissionais que constituem a escola necessitam de esclarecimentos a cada uma das especificidade, a considerar que a inclusão é um processo complexo que se configura em diferentes dimensões (BRUNO, 2006).

3. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada mediante pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e de pesquisa documental, em que realizamos um levantamento da bibliografia em livros, artigos científicos, dissertações e trabalhos publicados na *internet*. Segundo Deslandes (1994, p. 53), “a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seus horizontes de interesse”. Já a pesquisa de campo é uma forma que permite uma melhor concretização da pesquisa desejada, por meio de uma relação entre o pesquisador e os sujeitos a serem pesquisados, pois “nos permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento” (DESLANDES, 1994, p. 52).

A pesquisa documental foi realizada a partir de uma análise da Legislação, que define a temática de pesquisa, como: os documentos produzidos que constituem uma política pública de educação especial na perspectiva inclusiva, a nível nacional: a Constituição Federal de 1988, a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e a nível internacional a Declaração de Salamanca(1994).

Desse modo, o trabalho trata-se de um estudo teórico e um estudo empírico. Na parte teórica fundamentamos questões sobre a escola e a inclusão; sobre as políticas públicas para que esta inclusão aconteça. Já na parte empírica descrevemos os resultados da investigação no campo de pesquisa

A pesquisa de campo foi baseada por meio de levantamentos de dados, resultados obtidos por meio de questionários aplicados com os sujeitos da pesquisa: a gestora da escola, e a professora que lida diretamente com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os questionários encontram-se no Apêndice I.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola estadual no município de Alagoa Nova- PB, tendo como colaboradores a gestora escolar e a professora da sala de atendimento especializado (AEE), que contribuiriam ao responderem o questionário antes mencionado.

Quando questionada sobre **a inclusão na escola que administra e sobre os tipos de deficiências mais constantes (questão 1)**, a resposta da gestora estabelece que a escola atende um número de 10 crianças com necessidades especiais, entre elas 03(três)são surdos; 03(três) possuem Transtornos de Deficiência Intelectual (TDI); 02(dois) têm Síndrome de Down; 01(um) tem autismo e 01(um) apresenta transtorno bipolar.

Segundo a a Constituição Federal, especificamente nos artigos que seguem, a escola deve está preparada em oferecer os direitos às pessoas com necessidades especiais, seja na proteção e integração social, habitação e atendimento educacional especializado:

Art : 24- XIX- proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; Art : 203- IV- a habilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária; Art : 208- III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência , preferencialmente na rede regular de ensino(BRASIL, 1998).

Ao ser questionada sobre **a importância da inclusão e sobre as dificuldades que a escola encontra para que haja a inclusão de crianças com necessidades especiais(questões 2 e 3)**, a gestora escolar fala da importância do processo de inclusão em escolas regulares e diz que é seu foco de trabalho a melhoria de condições para melhor atender tais crianças, mas, aponta que sua maior dificuldade é a falta de professores e funcionários capacitados para atendê-las .

De acordo com Alves (2009) relata que para uma educação inclusiva mais efetiva:

“... o importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.” (ALVES, 2009, p.45,46)

Portanto é fácil identificar que a realidade educacional brasileira possui muitas dificuldades no que diz respeito à Educação Especial, no qual, a falta de condições, o despreparo das partes envolvidas e ainda os impedimentos políticos, são alguns dos elementos, dificultam ainda mais o êxito da inclusão de pessoas com necessidades especiais.

A maioria das escolas está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (MANTOAN, 1999, p. 45).

Para a questão 4 que trata de **como a escola vem se preparando para que haja a concretização de um atendimento para às crianças com necessidades especiais**, no que se refere no direito ao atendimento especializado, a escola pesquisada conta com uma sala do AEE que é gerida por uma psicóloga e uma pedagoga, que atendem duas vezes por semana em horários diferenciados dos horários da sala regular. A sala é bem equipada, possuindo vários jogos, inúmeros materiais pedagógicos, computadores e impressora, que são todos destinados ao trabalho com crianças especiais, além de possuir um espaço amplo e favorável ao trabalho coletivo, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1- Sala de atendimento especializado- AEE



Fonte: Obtida pela autora

Ainda sobre a preparação da escola, apesar de na mesma ainda não existir em seu quadro discente , criança com deficiência física, percebemos na escola analisada que a mesma obteve mudanças para atender essa clientela, adaptando escadarias com rampas, enlanguescendo portas e adaptando banheiros, como ilustrado na Figura 2.

Figura 2- Adaptações nos espaços da escola



Fonte: Obtida pela autora

São muitas as dificuldades e obstáculos que as crianças com deficiência física encontram na escola, desde a saída de casa até mesmo no espaço educacional, muitas vezes a instituição de ensino não possui espaço físico adequado para atender essas crianças, por isso nem todas vão à escola por não ter a acessibilidade.

Toda instituição de ensino deve estar preparada para receber pessoas com deficiência física, o Ministério da Educação através da Portaria nº 1679 de 2 de dezembro de 1999, estabelece as condições básicas de acesso nas instituições de ensino:

“Art. 2º A Secretaria de Educação deste Ministério, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial estabeleceu os requisitos, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas e Técnicas, que trata da Acessibilidade de pessoas com deficiências, edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos. Parágrafo Único. Os requisitos estabelecidos na forma do caput deverão contemplar no mínimo: -para alunos com deficiência física: eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso nos espaços de uso coletivos, reserva de vagas nas em estacionamentos

nas proximidades das unidades de serviço construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas, adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.” (BRASIL, 1999, p.25).

É necessário que ocorra adaptações e muitas melhorias para a locomoção e garantia de melhores condições de vida, muitas adaptações precisam ser feitas para favorecer a educação e os desenvolvimentos das crianças com necessidades especiais.

Em se tratando da professora, temos os seguintes resultados; Quando a questionamos sobre **a necessidade da sala de AEE e como acontecem os trabalhos nesta(questões 1 e 2)**, a professora ressalta a importância da existência da sala de atendimento especializado, em sua fala ela diz: *“é necessário que tenha a sala para facilitar este atendimento, pois os tiram da rotina da sala regular e os incentivam para atividades diferenciadas causando prazer em sua execução”*.

De acordo com Godói (2006, p. 49) o papel do professor especializado ou de apoio não se limita apenas retirar da rotina da sala regular as crianças com necessidades especiais, mas sim:

Favorecer e mediar as relações no programa de intervenção precoce;

Acolher as necessidades, interesses, prioridades e desejos da criança, familiares e creche;

Realizar avaliação multifuncional do desenvolvimento em inter e transdisciplinaridade e intercâmbio com os outros profissionais;

Analisar no meio (casa-família-escola-comunidades), as possibilidades reais, os potenciais e as necessidades do aluno;

Elaborar, em conjunto com os demais profissionais envolvidos, o programa de intervenção precoce;

Apoiar e ajudar a família a lidar com a criança (cuidados básicos de alimentação, higiene);

Realizar visita domiciliar, quando necessário, para inclusão da criança na família e comunidades;

Ajudar, apoiar, avaliar e acompanhar o projeto de inclusão;

Favorecer o desenvolvimento de competências na família e comunidade para a resolução de problemas no cotidiano;

Apoiar a criação de rede de apoio comunitário.

Sobre *as dificuldades enfrentadas na sala de AEE (questão 3)*, a professora diz que atualmente a principal dificuldade é a falta de incentivo dos pais no apoio à aprendizagem das crianças atendidas, prejudicando assim consideravelmente o resultado do processo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais citados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2001a, p.21). Mas, não trata-se apenas em matricular o filho em instituições escolares, mas a contribuição que a família pode dar no processo escolar é de extrema importância e necessidade, tornando-se impossível a limitação apenas dos profissionais da educação no processo de inclusão, a família é o agente participativo desse processo, podendo fortemente alterar nos resultados que deverão ser obtidos.

Quando questionada sobre *como integrar o trabalho do professor ao do especialista (questão 4)*, a professora demonstra em suas palavras a importância de integrar o trabalho do professor da sala regular ao do especialista, pois acredita que os dois profissionais devem trabalhar em sintonia para um melhor aproveitamento e valorização dos potenciais. A especialista foi muito feliz em suas palavras, pois é através do trabalho integrado que é possível juntar forças e lutar pelos comuns objetivos, nesse caso o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais, segundo Bueno (2001, p. 68).

“... é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiências, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações éticas vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida” (BUENO, 2001, p. 68)

Para a última questão que tratava de sua **consideração sobre a inclusão como um fato importante ao desenvolvimento das crianças** a professora menciona que “*mesmo diante de todas as dificuldades encontradas, a escola busca melhorias e acredita que os alunos com necessidades especiais ou não, precisam aprender, necessitam ter acesso ao conhecimento... Isso é a verdadeira essência da inclusão*”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão é uma ação mundial, idealizada por pessoas com deficiências e seus familiares, na procura dos seus direitos e espaço na sociedade. O paradigma da inclusão surge ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e sugerindo ações que garantam o ingresso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. É necessário realizar ações para que a inclusão de fato aconteça, constatando o problema, fornecendo soluções, e o mais admirável é o empenho dos educadores em fazer realmente a inclusão, utilizando recursos físicos e os meios materiais para a concretização de um processo educacional de qualidade.

A escola sendo um dos principais espaços de convivência social do ser humano, precisa assumir um trabalho educacional inclusivo adequado e eficiente a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade. Na escola investigada conseguimos visualizar espaços adequados, adaptados e modificados, ou seja, do ponto de vista estrutural, a escola implantou mudanças arquitetônicas, a fim de proporcionar a construção de espaço escolar inclusivo.

A educação inclusiva não necessita que o indivíduo com deficiência se adapte a escola, mas sim que a escola se modifique de modo que possibilite a inclusão de alunos especiais. Portanto, para que isso aconteça é necessário consciência e dedicação de todos os envolvidos nessa ação, sem nenhum preconceitos ou distinção de raça, classe, gênero ou peculiaridades pessoais, para que a escola seja verdadeiramente capaz de trabalhar com todos os educandos.

Diante a análise das respostas da professora e da gestora confirmamos que a inclusão é um processo muito delicado que submerge inúmeras dificuldades para ser concretizado plenamente, há carência de qualificação dos profissionais que atuam com alunos com necessidades especiais, que também são obstáculos que podem influenciar no sucesso pleno ou até mesmo impedir a inclusão na escola regular.

De forma geral com a realização de nossa pesquisa fica claro a importância em se realizar o trabalho de inclusão de crianças com necessidades especiais, em favor a democratização do acesso de todos a uma educação de qualidade, asseguradas pela própria Constituição Brasileira e da necessidade de mais políticas públicas que, não só acatem, mas que batalhem pelos direitos das pessoas com deficiências e que lhes assegure uma vida digna em todos os aspectos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABC da Saúde. Informações Médicas Ltda. Disponível em < <http://www.abcdasaude.com.br> > acesso em 12 de maio de 2014.
- ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo?** (2007) Disponível em < <http://inclusaobrasil.blogspot.com.br> > acesso em 12 de maio de 2014.
- ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.
- AMARAL, Ligia Assumpção; AQUINO, Julio Groppa (Org). **Diferenças e Preconceitos na escola: alternativas teóricas e praticas.** São Paulo: Summus,1998.
- ANGHER, Anne Joyce. **Vade Mecum Acadêmico de Direito.** 12. ed. São Paulo: Rideel, 2011. (Série Vade Mecum).
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/Con1988.br/ldb.pdf> >. Acesso em: 20 de nov de 2013.
- _____. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Acesso em: 20 de nov de 2013.
- _____. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/eca.pdf> >. Acesso em: 20 de nov de 2013
- BUENO, J. G. da S. **Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira da Educação Especial, v. 3, n. 5, 2001.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : introdução.** [4. ed.] / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1994.
- GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1993
- GODÓI, Ana Maria. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: Dificuldades acentuadas de aprendizagem: Deficiência múltipla.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

_____. **Mobilidade, Comunicação e Educação: desafios à acessibilidade**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. **A interação de crianças com Síndrome de Down e outras crianças na pré-escola comum e especial**. In: MANTOAN, Maria Teresa Egler (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, 1997, p. 109-112.

SILVA, Otto. M. **A Epopéia Ignorada, a Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: Cedas. 1987, p. 216.

SCHIRMER, Carolina R. **Deficiência Física. Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Mec / Seesp ,2007, p.60

WIKIPÉDIA. Disponível em < <http://pt.wikipedia.org>>, acesso em 12 de maio de 2014.

Apêndice I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL, SITUADA NO MUNICÍPIO DE
ALAGOA NOVA- PB.

Senhora Professora da sala do AEE,

Solicito a sua valiosa colaboração respondendo este questionário. Suas respostas são importantes para a pesquisa sobre a inclusão de crianças na educação especial em uma escola pública estadual, situada no município de Alagoa Nova- PB.

- 1- Como acontecem os trabalhos na sala de Atendimento Educacional Especializado?

- 2- É preciso ter uma sala de recursos dentro da própria escola? Por quê?

- 3- Quais as principais dificuldades enfrentadas com o trabalho com crianças com necessidades especiais?

- 4- Como integrar o trabalho do professor ao do especialista?

- 5- Você considera a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais um fato importante para o desenvolvimento dessas crianças? Por quê?

Apêndice II
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL, SITUADA NO MUNICÍPIO DE
ALAGOA NOVA- PB.

Senhora Gestora,

Solicito a sua valiosa colaboração respondendo este questionário. Suas respostas são importantes para a pesquisa sobre a inclusão de crianças na educação especial em uma escola pública estadual, situada no município de Alagoa Nova- PB.

- 1- Acontece a inclusão de crianças com necessidades especiais na citada escola? Se sim, quais as deficiências mais constantes?

- 2- Qual a importância da inclusão de crianças com necessidades especiais em sua Escola? Justifique.

- 3- Quais as dificuldades que a escola encontra para que haja a inclusão de crianças com necessidades especiais?

- 4- Como a escola prepara os funcionários para lidar com a inclusão?